MARÇO 2024

# 2050.BRIEFING

SUSTENTABILIDADE • EFICIÊNCIA • INOVAÇÃO • MOBILIDADE • PESSOAS



## O bê-á-bá da descarbonização

ASSISTA À TALK

## IAPMEI

Investir no futuro da indústria... e não só



# Um evento corporate com "touch"

No NewsMuseum, os eventos da sua organização são modernos e originais devido às nossas plataformas avançadas de entretenimento inteligente e interativo – onde (quase) tudo é *touch*. Uma experiência em VR, outra num ecrã tátil de 67 m2. Uma projeção em 360º, a gravação de "vivos" em TV e Rádio. Lançamentos de produtos e serviços, encontros de *team building*, reuniões ativas podem ser transformados numa moderna aventura mediática produzida pela nossa equipa.

**Visite na Vila de Sintra o mais moderno e interativo centro europeu dedicado ao Jornalismo, aos Media e à Comunicação. E desafie-nos com a sua ideia para um evento corporate com um *touch* especial.**

**www.newsmuseum.pt**

info@newsmuseum.pt
T. +351 201 126 600

NEWS MUSEUM
@LISBOA_SINTRA

# Índice


## 04



**Investir na descarbonização**
Em entrevista, o presidente do IAPMEI, Luís Filipe Guerreiro, revela o que está a ser feito para apoiar e incentivar as empresas nacionais no caminho da descarbonização.

## 09



**Um caminho de futuro**
O ator Tiago Teotónio Pereira faz parte da Geração S, para quem ser sustentável é natural, e ainda mais desde que é pai.

## 10

**As marcas e a descarbonização**
PRIO e Central de Cervejas contam o que andam a fazer no domínio da descarbonização.

**Financiar start-ups**
A vice-presidente do Conselho Administrativo da Portugal Ventures, Teresa Fiúza, partilha o olhar sobre a quarta edição da Call INNOV-ID, que investe em start-ups na área da descarbonização.



## 14

## 24

**Até 2050**
O estudo "Soluções empresariais para a neutralidade carbónica até 2050", desenvolvido pelo BCSD Portugal, aponta caminhos para as empresas, pela voz da secretária-geral, Filipa Pantaleão.



2050.BRIEFING

2050.BRIEFING.PT

2050.BRIEFING é uma edição especial e parte integrante da revista Briefing.
Contribuem para esta publicação os nossos Lead Multimédia Sofia Dutra sofiadutra@briefing.pt e Carolina Neves carolinaneves@briefing.pt, com o contributo da Head de Conteúdos & Comunidades Sandra Silva e a colaboração editorial da Fátima de Sousa fs@briefing.pt, e os Editores Simão Raposo simaoraposo@briefing.pt e Mariana Paulo marianapaulo@briefing.pt. Fazem ainda parte da nossa equipa a Consultant & Activist 2050 Joana Guerra Tadeu, os Visual Developers Cátia Tomé e São Matos, os Vídeo Editors Guilherme Silva e Diogo Proença, com o Web Publishing do Luís Paiva e da Eliana Antonito, o Data Science da Nataliia Ahasian e a Assessoria Operacional da Sandra Muralha. O nosso Lead Comercial é o João Pereira joaopereira@briefing.pt T. +351 960 427 959.
Fale connosco em briefing@briefing.pt e nas nossas Redes Sociais
Tiragem média mensal: 2.500 exemplares. Depósito Legal: 500502/22. Impressão RPO, Produção Gráfica

# *"A* **descarbonização** é apenas a peça de um puzzle, *em que estamos hoje na fase* **das transições"**

*Luís Filipe Guerreiro*

PRESIDENTE DO IAPMEI

O tecido empresarial português está no "caminho certo" para uma economia neutra em carbono. É o que defende o presidente do IAPMEI, fazendo um "balanço positivo" do trabalho da indústria, que está mais "resiliente" e "muito recetiva à mudança". Luís Filipe Guerreiro adianta que, da Componente 11 (C11) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), houve 1772 candidaturas aprovadas e vai ser esgotada a dotação dos 830 milhões de euros para apoiar e incentivar a descarbonização.




***Descarbonização ● Indústria ● Investimento ● Empresas ● Incentivos***




**A transição para uma economia neutra em carbono é imperativa. Quais os desafios atuais para que se cumpra a C11 – Descarbonização da Indústria, do PRR?**

A descarbonização não é um fim, mas um meio para, realmente, atingirmos os compromissos que temos ao nível das alterações climáticas. Sobre estas já há pouca contestação, é uma evidência de todos nós, todos os dias.

Há metas e parâmetros que nos comprometemos a atingir, nomeadamente dentro da Europa, com o Pacto Ecológico Europeu, que diz que devemos, até 2050, ser neutros em carbono; e em Portugal, com o Plano Nacional de Energia e Clima 2030, para termos a maior introdução de energias renováveis até 2030, e em 2050 estarmos com uma pegada de carbono nula.

Não há dúvida do sucesso que Portugal está a ter na introdução das energias renováveis e, por isso, essas metas ficaram mais ambiciosas. A meta agora é, em 2026, atingirmos 80 % das energias renováveis dentro da nossa matriz energética e anteciparmos a neutralidade carbónica de 2050 para 2045. São metas ambiciosas, não há dúvida nenhuma, mas penso que Portugal está capaz de realmente as atingir.

O que é que nos falta, realmente, para a descarbonização? Esta tem um papel fundamental, mas não só. É, no fundo, uma peça no meio de uma série de outras peças que vão contribuir para atingirmos os objetivos. As empresas portuguesas, através desta C11 do PRR, têm uma ferramenta de apoio financeiro para que façam essa transição energética. É imperativo!

> “Nota-se a resiliência e o trabalho que os empresários têm feito para colocar as empresas onde estão hoje

**A portaria que aprova o regulamento do sistema de incentivos já está em vigor desde 2021. Qual tem sido a adesão das empresas?**

Tem sido bastante boa e recetiva. Aliás, a indústria portuguesa está sempre muito recetiva à mudança. Desde que abriram os primeiros avisos da C11 do PRR, tivemos 1886 candidaturas; houve uma seleção, ficaram 1772; e, neste momento, já temos contratualizadas cerca de 1542. Isto perfazendo um bolo total de 830 milhões de euros, para apoiar e incentivar a componente da descarbonização. Não há dúvida nenhuma, houve uma adesão muito forte das empresas, pois sabem perfeitamente que a descarbonização, como disse, é imperativa e é um processo que é irreversível.



**Assista à entrevista completa**

Tivemos três avisos para a descarbonização. Por exemplo, o aviso para os roteiros, os quais são bastante importantes para as empresas, porque fazem um autodiagnóstico da situação de como estão e qual o caminho que deverão seguir para fazer esse passo da descarbonização; ou o aviso especial, ao qual chamamos de "aviso simplificado", que é redirecionado para as micro e pequenas empresas, e teve uma adesão muito grande – 1442 empresas. Este é para a empresa que quer, por exemplo, trocar uma empilhadora que é a gás por uma elétrica – são projetos relativamente simples. Depois, temos aqueles grandes projetos, já de empresas com uma certa dimensão e estrutura, que são mais complexos, em que implica a substituição e mesmo a reengenharia de todo o processo de produção, em função de novas energias e em função também da própria descarbonização desses processos.

**O que falta ao setor industrial e empresarial, uma vez que a indústria é um dos setores responsáveis pelo aumento da pegada de carbono?**

Não é só a indústria! Não nos podemos esquecer que, desde o século XIX, que a sociedade é suportada pelos combustíveis fósseis, algo que é transversal. Evidentemente, aqui a indústria também tem um papel nessa contribuição para as emissões de gases de efeito de estufa. No entanto, o que a indústria tem vindo a notar – e é isso que o IAPMEI lhe transmite – é que não pode ver a descarbonização como um custo, mas, sim, como um investimento, porque vai permitir que se tornem mais resilientes. Por exemplo, quando começou a guerra da Ucrânia, em que houve um aumento exponencial do custo da energia, já havia em Portugal várias indústrias e empresas que tinham apostado na alteração tanto dos seus processos, como das suas fontes de energia. E o que se notou foi que essas empresas que já estavam, digamos assim, preparadas, conseguiram ultrapassar essa crise com muito mais facilidade. Não há dúvida nenhuma que tem de ser vista como um investimento.

Além disso, esse investimento torna as empresas não completamente autossuficientes, mas faz baixar os seus custos energéticos; e, também, tal como eu disse há pouco, a descarbonização é apenas a peça de um puzzle, em que estamos hoje na fase das transições – energética, digital, etc.. Ou seja, há aqui umas componentes que têm de ser associadas. Não posso estar a conceber uma descarbonização sem não estar, de igual modo, a pensar numa transição digital dentro da minha empresa – aqui, implica o repensar do processo e das tecnologias. A digitalização é o repensar do processo em si e o de preparar a empresa não só para o mercado nacional, mas para o mercado global. E

a descarbonização é uma peça dessas que está aí. Por isso, é esse investimento que as empresas têm de fazer para, por um lado, se tornarem mais resilientes às crises que nos têm assolado; e, por outro, aumentarem a sua competitividade. Como é óbvio, a energia é um fator-chave e um dos custos grandes, por isso, se conseguirem baixar esses custos, evidentemente, que serão mais competitivas. E se tiverem um processo de digitalização ao mesmo tempo, ainda mais.

**O IAPMEI colabora na descarbonização da indústria e na capacitação das empresas em toda a cadeia e em todas essas transições?**

Sim. O IAPMEI é o gestor da medida C11, mas não nos esgotamos aí. Também somos responsáveis pela Componente 5 sobre as agendas mobilizadoras, que se dividem em duas: a agenda mobilizadora em si e aquilo a que chamamos "Agenda Mobilizadora Verde". São 21 agendas mobilizadoras, das 51 que já estão contratualizadas, e que estão focadas exatamente na transição energética, para novas formas de aumento da eficiência energética, para novos processos baseados em energias limpas...

Ou seja, não é só na descarbonização em si.

No entanto, não nos esgotamos na indústria. Por exemplo, temos agora a Componente 10, que é da navegação ecológica, em que apoiamos a indústria marítima no apoio e na reformulação das embarcações, para que sejam menos poluentes, isto é, modifiquem os combustíveis, aumentem a eficiência da navegação, entre outros.

Portanto, o IAPMEI ajuda a indústria em várias componentes, tanto nessa parte da descarbonização em si, como na parte das agendas, que juntam a indústria e universidades para desenvolverem novos produtos e serviços, esses, sim, baseados já em energias do futuro – não são do futuro, são já do presente, mas que, no futuro, terão de ser realmente as principais fontes energéticas de toda a sociedade.

O IAPMEI tem aqui um papel fundamental nesse apoio. Por outro lado, também no apoio da capacitação, através de todas as nossas ações, com todos os instrumentos que temos. Estamos presentes no chão de fábrica de norte a sul do País, fazemos internamente ações de capacitação para as empresas, ajudamos os empresários nesta jornada – porque não é um processo que tem um princípio e um fim, é um processo contínuo.

> **A digitalização é o repensar do processo em si e o de preparar a empresa não só para o mercado nacional, mas para o mercado global. E a descarbonização é uma peça dessas que está aí**

**Qual é o balanço que o IAPMEI faz desta jornada conjunta com as empresas?**

Penso que é bastante positivo e que estamos no caminho certo. Aliás, basta olhar para os números da economia e nota-se a resiliência das nossas empresas. Como se sabe, do tecido empresarial, 99,9 % das empresas são PME e não há dúvida nenhuma que as empresas conseguiram ganhar uma resiliência muito grande, porque estão abertas ao futuro e isso é fundamental.

Outro ponto que também tem ajudado muito as empresas é o facto de já terem descoberto que a junção entre a indústria e o tecido tecnológico é fundamental. É aí que está o segredo do sucesso e o que vai realmente aumentar a competitividade das empresas.

Evidentemente, tal como disse, isto é uma jornada. Vamos progredindo, umas vezes com maiores dificuldades, às vezes mais depressa. Somos assolados por crises sucessivas, desde há alguns anos para cá. Basta ver o crescimento do nosso PIB, das nossas exportações, que, pela primeira vez, ultrapassaram 50 % do PIB. Nota-se a resiliência e o trabalho que os empresários têm feito para colocar as empresas onde estão hoje.

**O que se pode esperar este ano ao nível dos investimentos e de progresso efetivo?**

Este ano vai ser de aceleração. Temos 1772 candidaturas aprovadas e já estão contratualizadas 1512. Isto corresponde, mais ou menos, a cerca de 500 milhões de euros comprometidos e ainda nos faltam mais 200 e tal candidaturas, que são desses projetos mais pesados e mais complexos. Portanto, vamos esgotar a dotação dos 830 milhões de euros e, dado que já pagámos a 1512, essas empresas já estão a avançar. 2024 vai ser o acelerar dos pagamentos e, consequentemente, o acelerar dessas empresas, a colocarem no terreno tudo o que é o processo de descarbonização.

# Ação natural

A Tiago Teotónio Pereira basta agir naturalmente para ser sustentável. Embora sendo figura pública, o ator, de 33 anos, não sente qualquer pressão em ser um exemplo a seguir e age segundo a sua consciência. Admite, porém, que desde que é pai se tornou mais atento às questões da sustentabilidade.



## Tiago Teotónio Pereira

**Ser sustentável é...**
Ser sustentável é um estilo de vida, é passar da teoria à prática. No meu caso, hoje, é nem pensar que preciso ter práticas sustentáveis, e sim agir naturalmente nesse sentido. É um processo, não acordei e decidi "hoje vou ser sustentável". Ao longo do tempo vamos tomando consciência da importância das nossas escolhas diariamente, e aos poucos vamos mudando pequenas coisas. Agora que sou pai, tornei-me ainda mais consciente, porque estou a educar pessoas que já têm uma pegada no mundo.

**Atitude sustentável que poucos fazem, mas que todos deviam fazer.**
As idas ao supermercado tornaram-se mais racionais. Deixámos, lá em casa, de comprar coisas supérfluas que ficavam na gaveta até perderem a validade. Somos muito mais efetivos e eficazes. Compramos apenas aquilo que precisamos e sabemos que vamos utilizar. Parece simples, mas mudou mesmo o volume de coisas que desperdiçávamos.

**De que modo a exposição pública implica ser um modelo na promoção da sustentabilidade?**
A forma como comunico é sempre o mais natural possível e, nesse sentido, acabo por partilhar este que é o meu estilo de vida. Claro que, tendo uma imagem pública, acabo por ter mais olhos em mim, e talvez seja visto como um exemplo a seguir. Não sinto qualquer tipo de pressão nesse sentido, ou seja, sou consciente da importância deste tema, mas basta-me agir naturalmente.

**Qual a sua figura modelo no mundo da sustentabilidade?**
A Rita [Patrocínio, a mulher]. Confesso que antes de estar com ela era um bocado mais "desleixado" neste aspeto. A Rita ao início estava sempre a chamar-me à atenção para as pequenas coisas, que agora fazem parte do nosso dia a dia. Atualmente, é impensável não aproveitar qualquer sobra de comida, não reciclar, a roupa dos miúdos passa entre todos os primos, entre outras coisas. Somos bastante conscientes lá em casa.

**O que gostaria de mudar para tornar o mundo mais sustentável?**
Acho que as mudanças podem começar com pequenas atitudes em casa, que muitas vezes são desvalorizadas. Por exemplo, reduzir o consumo de energia – utilizar mais luz natural, desligar equipamentos eletrónicos –, e fazer reciclagem. Assumimos que todas as pessoas têm estas práticas, mas, de facto, há muita gente que não o faz. Isso já seria um grande passo. O mindset tem de mudar, é urgente!

**Veja o testemunho** de Tiago Teotónio Pereira

## *Isto ou Aquilo*

**Reciclar ou reutilizar?**
Reciclar.

**Mudança de hábitos radical ou progressiva?**
Progressiva.

**Bicicleta ou carro elétrico?**
Bicicleta.

**Nunca mais representar ou nunca mais fazer surf?**
Nunca mais fazer surf.



**ANDRÉ LOPES**
COO da Rede de Postos Próprios e membro da comissão executiva da PRIO

# PRIO: no caminho da descarbonização

Com 16 anos de atuação, a PRIO tem a sustentabilidade e a transição energética enquanto pilares da sua atuação. Com a consciência de que os setores da energia, mobilidade e transportes têm de estar na dianteira da descarbonização, o COO da Rede e membro da comissão executiva, André Lopes, apresenta algumas soluções para promover a transição energética, tais como o investimento em combustíveis alternativos e quais os projetos para 2024.

São cada vez mais exigentes os desafios ambientais para o futuro, sendo, por isso, necessária uma ação urgente para reverter o rumo atual. A convicção é do COO da Rede e membro da comissão executiva da PRIO, André Lopes, que tem a consciência de que a "descarbonização é um desafio multifacetado". A PRIO tem feito um trabalho que passa pelo investimento na produção própria de "biocombustíveis avançados" com o objetivo de responder às necessidades do atual parque automóvel do País. Foi neste contexto que surgiu o ECO Diesel, que "reduz até 18% das emissões de CO2 em comparação com o diesel convencional, além de alternativas mais sustentáveis para frotas empresariais, como o FLEX Diesel, tendo sido também pioneiros na mobilidade elétrica", tal como explica o responsável da energética. Também os veículos pesados não foram esquecidos, tendo sido desenvolvido o ZERO Diesel, um combustível 1100% renovável, que já está disponível para veículos pesados e "reduz até 90% as emissões de gases com efeito de estufa".

**A estratégia passa pela promoção da inovação através de "um portefólio variado de soluções"**

Além do desenvolvimento destes produtos, a estratégia passa pela promoção da inovação através de "um portefólio variado de soluções", alinhando-se com as metas do Plano Nacional Energia e Clima 2030. "Acima de tudo, fazem parte de uma filosofia e forma de trabalhar que cultivamos em casa", afirma. Entre as medidas inclui-se o investimento no centro de produção em Ílhavo, "melhorando não só os procedimentos e o produto final", mas também fazendo-o tendo em conta os princípios da economia circular, tornando-o cada vez mais autossustentável, com a utilização de painéis solares, e reduzindo ao máximo o desperdício de água no processo.

Em relação a projetos para este ano, o objetivo passa por continuar a apostar na melhoria e desenvolvimento de processos de obtenção de energia a partir de resíduos e iniciativas que promovem a sustentabilidade, dando seguimento a projetos como o PRIO Ecowaste, que se dedica à recolha e transformação de óleos alimentares usados em biocombustível. Além destas ações, André Lopes destaca o Roteiro de Descarbonização, que envolve a redução de combustíveis fósseis, a instalação de mais unidades de produção para autoconsumo, a introdução do biometano e o aumento da captura de matéria-prima nacional.






# Um é bom, três é melhor

O ECO Diesel da PRIO ganhou três prémios.
Contas feitas, ganhamos todos.










**Obrigado**

prio

Energia para mudar

# O caminho rumo à neutralidade carbónica

A descarbonização e transição energética tornaram-se imperativos globais, e as empresas estão a assumir um papel fundamental e proativo nesse processo. O papel da Indústria e das empresas na descarbonização é crucial para enfrentar as mudanças climáticas e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Para a Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, parte do grupo HEINEKEN, os diferentes pilares de sustentabilidade estão, há muito, integrados nas atividades de negócio, e estabelecidos ao longo de toda a cadeia de valor, da cevada ao bar.

No âmbito do programa de sustentabilidade "Brew a Better World – Produzir um Mundo Melhor", a Central de Cervejas tem vindo a implementar uma estratégia com metas concretas e ações estratégicas que atuam em três pilares fundamentais: ambiental, social e responsável, e que reforça o compromisso da empresa rumo a um mundo com emissões zero, mais saudável, inclusivo e equitativo.

No pilar ambiental, que é onde se insere a jornada de descarbonização, para além do foco na promoção da circularidade e na proteção dos recursos hídricos, um dos nossos objetivos mais ambiciosos é a descarbonização e neutralidade carbónica das atividades da empresa. Definimos duas metas, a redução da pegada de carbono, rumo à neutralidade carbónica na produção até 2030 e ao longo de toda a cadeia de valor até 2040. O nosso caminho para a descarbonização começa com uma mudança de paradigma na utilização dos recursos, aplicando medidas de eficiência energética em equipamentos e processos (reduzir) e com a transição para energias renováveis (substituir).

É por isso necessário investimento estrutural que nos permita fazer alterações de fundo com impacto positivo, e por isso, a eficiência energética nas instalações e a jornada de transição energética para energias renováveis tem sido uma das prioridades da empresa.

A título de exemplo instalámos na cervejeira em Vialonga e na unidade de engarrafamento da Água de Luso 2 centrais de painéis solares fotovoltaicos para autoconsumo. São 8412 painéis que permitem uma produção de energia solar de 3.189 MWh/ano na Cervejeira de Vialonga e de 1.378 MWh/ano na unidade de enchimento e engarrafamento da Água de Luso. Com esta instalação temos prevista uma redução de consumo de 11% na Cervejeira de Vialonga e de 20% na unidade de engarrafamento da Água de Luso. É energia elétrica de fontes renováveis que contribui para alimentar as áreas de produção, armazém e escritórios!

Este posicionamento estende-se também a eventos como o NOS Alive, iniciativa iniciada em 2022 e que, em 2023, resultou na instalação de 119 painéis solares instalados nos bares Heineken e no Heineken Stand, através de uma parceria com a EDP Comercial. Com esta instalação foi possível servir um total de 43% das cervejas à pressão durante o festival, a partir da energia solar e, especificamente, no bar central servir a totalidade das cervejas durante os três dias de festival.

Outro desafio crucial na jornada rumo à neutralidade carbónica é a promoção de uma economia mais circular, nomeadamente ao nível das embalagens, numa procura constante por materiais que reduzam o impacto ambiental e que possuam uma maior taxa de reciclabilidade. Este caminho passa ainda pela adoção de princípios de eco design e de medidas de redução do excesso de embalagem, com a consequente redução de

**O nosso caminho para a descarbonização começa com uma mudança de paradigma na utilização dos recursos, aplicando medidas de eficiência energética em equipamentos e processos (reduzir) e com a transição para energias renováveis (substituir)**












**A HEINEKEN viu aprovados os seus objetivos de descarbonização pela Science Based Targets (SBTi) sendo a primeira empresa cervejeira a nível global a alcançar esta meta na validação dos objetivos de sustentabilidade**



resíduos, e pela disponibilização de embalagens de vidro retornáveis, que depois de regressarem à fábrica e serem devidamente higienizadas, têm nova vida e são novamente cheias voltando a ser utilizadas pelos os clientes e consumidores.

Também a transição para processos de logística que reduzam os níveis de emissões de carbono, como a otimização de cargas e de rotas e a substituição de frota por veículos elétricos, faz parte do caminho para atingir a neutralidade carbónica.

De mencionar que a HEINEKEN viu aprovados os seus objetivos de descarbonização pela Science Based Targets (SBTi) sendo a primeira empresa cervejeira a nível global a alcançar esta meta na validação dos objetivos de sustentabilidade. Do mesmo modo, pelo 2º ano consecutivo a HEINEKEN viu reconhecido o seu esforço em descarbonizar as suas operações, mantendo o seu lugar na lista A do Carbon Disclosure project (CDP), referência internacional ao nível de reporte ambiental.

Ao concretizar esta agenda a empresa está a contribuir para o compromisso mundial do Acordo de Paris (não ultrapassar o aumento de temperatura em 1,5 grau), e a agarrar a oportunidade para tornar o negócio mais resiliente e sustentado e alinhado com práticas ambientais, sociais e de governance sustentáveis e responsáveis numa jornada desafiante, que requer ação concertada, mas na qual estamos empenhados ao máximo!



# *Investimento de capital de risco é* **um** *casamento com* **divórcio à vista**

## *Teresa Fiúza*

VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA PORTUGAL VENTURES

É para contribuir para a descarbonização da economia, a sustentabilidade de processos, produtos e materiais, a eficiência e a sustentabilidade energética, e a circularidade da economia que foi lançada a quarta edição da Call INNOV-ID. Teresa Fiúza, vice-presidente do Conselho Administrativo da Portugal Ventures, que promove o investimento, em parceria com a Agência Nacional de Inovação, enquadra a estratégia de financiamento de start-ups numa fase inicial que lhes permita angariar novas rondas de capital. Naquilo que caracteriza como um casamento com divórcio à vista, aponta um objetivo claro: a riqueza de fundadores e investidores.




***Capital • Investimento • Risco • Descarbonização • Start-up***

> **Estamos muito satisfeitos por termos tido 85 candidaturas para uma Call em que vamos investir em dez empresas**

as start-ups são ainda muito pequeninas, às vezes ainda nem sequer estão constituídas como empresas, que tem ajudado muito na fase inicial a saírem estes projetos das incubadoras ou até das universidades como spinoffs.
E uma outra que ainda não conseguimos atuar, mas que está nos nossos projetos, que é growth, exatamente o contrário, quando são grandes e tendencialmente encontram os seus próximos investidores fora de Portugal, porque não temos ainda um ecossistema que as mantenha cá.
Portanto, a nossa ambição seria que se estas start-ups quisessem ir para fora, que fosse uma opção e não uma necessidade.

**Qual é o papel da Portugal Ventures no investimento de start-ups?**
A Portugal Ventures é uma empresa maioritariamente pública, criada há 12 anos. 80 % do seu capital é detido pelo Banco Português de Fomento, que depende do Ministério da Economia, e os outros 20 % são detidos por outros acionistas privados, com participações muito pequenas.
O nosso papel é desenvolver o empreendedorismo em Portugal, o seu impacto na economia portuguesa e investir em falhas de mercado. Quer isto dizer que investimos tendencialmente onde os privados não estão ainda ou têm menos apetência para investir. Estas falhas de mercado são de três níveis. Regionais – tendencialmente investe-se mais em Lisboa e no Porto. A nossa missão é investir fora destas grandes áreas. Temos muitos investimentos espalhados pelo País, incluindo as ilhas. Há também falhas de mercado setoriais: alguns setores que são importantes para a economia portuguesa e que queremos desenvolver mais. Temos muitas ideias de outros setores que gostaríamos de desenvolver. Por fim, há falhas de mercado de maturidade ou dimensão. Estamos a dar um impulso com a Call INNOV-ID, que é Pre-Seed/Seed, quando

**Como é composto, atualmente, o portefólio de Portugal Ventures?**
Temos 154 startups no nosso portefólio, de várias dimensões, desde muito pequeninas, pré-seed (que, até às series A, é o nosso sweet spot), até outras maiores. E temos até alguns unicórnios.
Não é para isso que trabalhamos, mas temos e em quatro verticais: o digital, a indústria, as tecnologias da saúde e o turismo.

**Que balanço faz da última edição da Call INNOV-ID, focada na descarbonização?**
Focada na sustentabilidade, na descarbonização, na economia circular e em formas diferentes de trabalhar produtos, serviços ou até novas formas de comercialização.
A Call INNOV-ID foi criada em pandemia – havia uma falha de mercado a precisar de ser resolvida. Foi uma altura difícil para todos e para esta área também. Portanto, se não houvesse uma atuação mais específica para estas áreas de início, corria-se o risco de muitos projetos não chegarem a sair do papel ou se ter perdido a investigação. Porque muitas vezes é uma questão de timing.
Estas start-ups resolvem as dificuldades reais que existem no mundo. Portugal não é o mercado destas empresas. Pode ser, quanto muito, o mercado de testes, mas o mercado delas é global. A mesma dor pode estar a tentar ser resolvida em qualquer parte do mundo, pelo que a altura em que chega ao mercado é muito importante e corríamos o risco em Portugal de alguns destes produtos pararem e atrasarmos em relação àquilo que se estava a fazer em qualquer parte do mundo. Desenvolvemos a Call INNOV-ID precisamente para que não ficassem na gaveta projetos bons. Ela teve muita aceitação desde a primeira hora. Em pandemia, não sabíamos o que ia acontecer. E era importante ter uma área ligada ao capital público a dar o mote do que se poderia fazer. Desde a primeira hora, esta Call teve uma grande aceitação no mercado. Tivemos muitas candidaturas logo na primeira edição, em que investimos em 40 empresas e tivemos cento e muitas candidaturas. Depois fizemos as segunda, terceira e a quarta edição. Na segunda e terceira investimos em mais 15 cada uma. E na quarta edição ainda não investimos, ainda estamos em processo. Fizemos a Call, vamos investir em dez projetos, para os quais recebemos 85 candidaturas. E estamos agora em processo de seleção. Já não temos pandemia, mas temos ainda muita procura por esta Call, e enquanto tivermos, continuaremos a fazer, porque temos

**Assista à entrevista**

de fazer aquilo que o mercado nos pede, não é aquilo que o mercado aceita. É esse o nosso drive: podermos fazer aquilo que seja importante para as start-ups e para o ecossistema.
Falando no ecossistema, temos, em geral, a ajudar-nos, mas que se nota muito nesta Call em particular, 125 parceiros de ignição. São as incubadoras, as aceleradoras, as câmaras municipais, as universidades. São estas entidades que, quando existe uma Call aberta, fazem a candidatura destas start-ups ou destes projetos que possam vir a formar-se em empresas. Não pode ser um founder ou uma start-up a candidatar-se diretamente, mas são os nossos parceiros de ignição a quem atribuímos um valor muito grande. Estão espalhados por todo o país e temos alguns também no estrangeiro.
Nas empresas em que investirmos, os parceiros de ignição vão alocar um mentor para acompanhar a start-up localmente, o que é valiosíssimo e nos ajuda na primeira fase a triar as start-ups que vem à Call, porque já vêm validadas. Depois no dia a dia, no acompanhamento, ajuda-nos a acompanhar estas empresas localmente.

**O investimento que a Portugal Ventures faz é sempre o mesmo ou difere?**
Na Call INNOV-ID é sempre o mesmo: são cem mil euros, que é o montante que permite



que estes projetos se possam transformar em empresas. E é o primeiro investimento numa start-up. É para as levar até ao patamar em que outros investidores se juntem a nós e levem estas empresas mais longe, para que possam depois fazer uma ronda de capital que lhes permita desenvolver-se e almejar o mundo.

**Quais são os principais critérios para fazerem essa seleção, para investirem numa start-up?**
São muitos. A equipa é fundamental, o drive. É muito difícil gerir uma start-up. Vão haver alturas muito boas e outras muito difíceis. Portanto, é preciso uma resiliência muito grande. A motivação das equipas e a forma como agarram as ideias e como superam as dificuldades é muito importante. Depois, o tipo de dor que resolvem, que seja uma dor de facto existente no mercado e que seja com ambição global. Se alguém nos vier dizer que vai ser líder de mercado de qualquer coisa em Portugal, não chega. Tem de se ter uma visão muito para fora e que se enquadre com a filosofia das calls. Na Call INNOV-ID temos sempre a descarbonização, a circularidade. Noutras, por exemplo no turismo, temos aquilo que o Turismo de Portugal, que é o maior investidor nos nossos fundos, pretende desenvolver em determinada altura. Temos de adequar as empresas e os projetos que nos chegam a estas teses de investimento.

> “Temos 154 startups no nosso portefólio, de várias dimensões, desde muito pequeninas, pré-seed, até outras maiores. E temos até alguns unicórnios

**Como encara o papel das políticas públicas no apoio ao crescimento das start-ups, nomeadamente na área da descarbonização? É sobretudo um papel de impulsionador?**
No nosso caso, de impulsionador e de semeador. Para que mais tarde estas empresas possam estar em circunstâncias que um investidor privado, com mais segurança, mais conforto e com menos risco, possa pegar nestas empresas e levá-las a um patamar seguinte. São fundamentais, porque diminuem o risco de quem vem a seguir a nós. Se não fosse assim, provavelmente iríamos demorar mais tempo a ter estas empresas no mercado. E o tempo, para os países, é um fator importante, porque existem países que têm muito mais dinheiro que Portugal e estão a investir a sério. Nos últimos anos, Portugal tem feito um grande trabalho no seu ecossistema, mas não pode achar que está tudo feito, porque não está e vamos ter grande concorrência de outras geografias.

**Como descreve o panorama atual do investimento em startups, particularmente na área da descarbonização?**
Em Portugal, temos evoluído muito bem. Há muito a fazer na área da descarbonização, mas tem-se falado muito ultimamente, o que é muito bom. Temos também uma área de engenharia, que ajuda muito a esses temas e estamos em alguns comités a nível europeu, ibérico e nacional. Acho que se devia investir mais nesta área. As áreas mais difíceis demoram mais tempo, mas se escolhermos as melhores, vamos também ter sempre uma margem de lucro maior. Portanto, é um setor que ainda temos muito para fazer. E nós, Portugal Ventures, esperamos dar o nosso contributo.

# *Educação para Descarbonização: porque a resposta está nas pessoas*

A docente do Iscte Executive Education Ana Simaens defende que as instituições de ensino devem cocriar soluções com o seu ecossistema para envolver as pessoas num processo de aprendizagem ativa ao longo da vida, pois são elas que têm a resposta para os desafios da descarbonização.



**ANA SIMAENS**
Docente do Iscte Executive Education

Durante a COP28 no Dubai, em dezembro de 2023, o Diretor Regional da OMS para a Europa deixou claro que "as alterações climáticas estão a causar sofrimento, morte e destruição - uma ação climática concertada é a nossa única esperança de sobrevivência"[1]. Apostar na descarbonização tornou-se um imperativo, como ouvimos quase diariamente em diversos fóruns. Mas como garantir um efetivo compromisso neste processo de transição energética que envolve uma mudança estrutural em termos de geração de energia que permita reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, ao mesmo tempo que se alteram comportamentos individuais e coletivos que comecem por reduzir as necessidades de consumo em si? Pessoalmente, acredito que a resposta está nas pessoas e na forma como estas se interrelacionam; porque no final do dia, as decisões são tomadas por pessoas com potencial de impacto variável, seja ele positivo ou negativo.

**Uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável, reconhecida como crucial para todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresenta-se como um motor fundamental para um futuro mais sustentável, justo e inclusivo**

**A introdução de dinâmicas como o Climate Fresk ou The Carbon Literacy Project, ferramentas de aprendizagem das ciências climáticas que consistem em workshops interativos, são determinantes para trabalhar as várias dimensões**

A sensibilização e a consequente compreensão dos efeitos das alterações climáticas na saúde parecem determinantes para a mudança de comportamentos. Se recorrermos às teorias sobre mudança de comportamento, encontramos a "awareness", ou a falta dela, como um primeiro estádio num longo processo. Já em 2021, um estudo do Pew Research Center[2] concluía que, em resposta às alterações climáticas, os cidadãos das economias avançadas estavam dispostos a alterar, pelo menos em parte, a forma como vivem e trabalham para combater os efeitos do aquecimento global, embora não lhes fosse claro se os seus esforços teriam impacto. Por outro lado, a descarbonização depende muito das empresas e da vontade política. Apesar dos desafios em termos de investimento necessário e as imposições trazidas pelo crescente quadro legislativo, as

**Acredito que a resposta está nas pessoas e na forma como estas se interrelacionam; porque no final do dia, as decisões são tomadas por pessoas com potencial de impacto variável, seja ele positivo ou negativo**

empresas veem na descarbonização oportunidades de redução de custos e benefícios económicos, reputacionais e competitivos, proliferando estudos e roadmaps nesta matéria[3].

Mas sabemos que intenção não se reflete necessariamente em comportamento. Ao processo de consciencialização, junta-se a vontade e o compromisso, determinantes para termos sede de conhecimento e novas competências que nos permitam pôr em prática determinadas medidas – de natureza mais ou menos técnica – neste processo de descarbonização. Neste sentido, uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), reconhecida como crucial para todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresenta-se como um motor fundamental para um futuro mais sustentável, justo e inclusivo. A EDS está diretamente ligada ao ODS4, através da sua Meta 4.7, que exige "até 2030 garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável". As instituições dos vários níveis de ensino são, assim, chamadas a contribuir para esta missão.

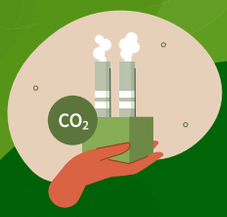
Em particular, o ODS 13 compromete-nos a todos a tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos. A integração desta temática no ensino[4] procura assegurar, ao nível cognitivo, a compreensão das causas, dos efeitos e das soluções das alterações climáticas, desde o efeito de estufa natural até ao aquecimento global induzido pelo homem, desde os impactos no ambiente e na sociedade até às ações para reduzir as emissões e adaptar-se às alterações. Mas ao mesmo tempo que é preciso saber identificar e quantificar os principais focos de emissões poluentes que ocorrem na sua cadeia de valor de uma empresa no âmbito de uma análise emissões de scope 3, por exemplo, - é igualmente crítico trabalhar a dimensão socio-emocional da aprendizagem, garantindo a perceção das interconexões entre os ecossistemas, as alterações climáticas e a sociedade humana, destacando o papel crítico de cada um na mudança de comportamentos coletivos. Na dimensão comportamental importa ainda reforçar o contributo pessoal e profissional para a proteção do clima, bem como a iniciativa de apoiar e defender a justiça e a solidariedade climáticas a diferentes níveis. Para além das questões mais formais e técnicas, a introdução de dinâmicas como o Climate Fresk[5] ou The Carbon Literacy Project[6], ferramentas de aprendizagem das ciências climáticas que consistem em workshops interativos, são determinantes para trabalhar as várias dimensões.

As instituições de ensino, especialmente a academia que atinge um público com capacidade de influenciar mudanças rápidas, devem trabalhar com o seu ecossistema – formado por empresas, governos e organizações de todos os setores – para criar soluções que envolvam as pessoas numa aprendizagem ativa ao longo da vida, abrangendo as dimensões cognitivas, socio-emocionais e comportamentais, pois a resposta está nas pessoas.

1 https://www.who.int/europe/news/item/03-12-2023-statement-cop28-climate--change-is-causing-suffering-death-and--destruction-concerted-climate-action-is-our--only-hope-for-survival
2 https://www.pewresearch.org/global/2021/09/14/in-response-to--climate-change-citizens-in-advanced-economies-are-willing-to-alter-how-they-live-and-work/?utm_content=buffercde16&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer
3 Ex. "Roadmap para o aprofundamento da Descarbonização e Transição Energética nas empresas":https://ecoeconomy.aeportugal.pt/uploads/publica%C3%A7%C3%B5es/EcoEconomy%204.0%20-%20Roadmap%20Descarboniza%C3%A7%C3%A3o%20(E-Book)_202112.pdf
4 https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444.page=41
5 https://climatefresk.org/
6 https://carbonliteracy.com/

# Descarbonização: metas e realidades

A descarbonização é uma prioridade europeia e nacional. Através do trabalho desenvolvido por parte de vários setores da sociedade, Portugal encontra-se no 13.º lugar no Índice de Desempenho das Alterações Climáticas. A União Europeia também está comprometida com este tema, sendo que criou o pacote Objetivo 55, que inclui várias medidas para as suas políticas estarem alinhadas com os objetivos climáticos.




**OBJETIVO**
Redução de
**40%**
das emissões de GEE no setor dos transportes até 2030

↑ As emissões neste setor subiram **7,3%**



**OBJETIVO**
Em 2030,
**85%**
da produção ou consumo de eletricidade deve ter origem de energias renováveis

↑ A produção de energia renovável subiu **24%** em 2023



**OBJETIVO**
Em 2050, o setor dos transportes deve ser neutro em carbono

Em 2023 foram vendidas **1,5** milhão de veículos elétricos



## Portugal



**OBJETIVO**
Redução de
**55%**
das emissões de gases com efeito de estufa até 2030

↑ Em 2022, houve um aumento de **1,2%** das emissões



**OBJETIVO**
Redução de
**11%**
de emissões de GEE na agricultura

↑ Houve um aumento de **4%** desde 2005

# União Europeia

**OBJETIVO**
Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em
**40%**
até 2030

> Redução de 3% de gases com efeito de estufa em 2023 comparado com 2022

> Importadores da UE têm de comunicar as emissões de gases com efeito de estufa durante a produção de volumes importados de ferro e aço, alumínio, cimento, eletricidade, fertilizantes e hidrogénio



**OBJETIVO**
Até 2030, as energias renováveis devem representar
**42,5%**
do consumo bruto

Em 2022, as energias renováveis representaram **23%** do consumo total





**OBJETIVO**
Até 2030, o consumo de energia final deve ser reduzido em, pelo menos,
**11,7 %**

Em 2022, houve uma redução de **2,8%** face ao ano anterior



**OBJETIVO**
A partir de 2035, todos os carros novos deverão produzir zero emissões

↑ Venda de veículos elétricos cresceu **37%** em 2023

# *Palavra de ordem: descarbonizar*

A vice-presidente da ADENE - Agência para a Energia, Ana Paula Rodrigues, parte de um cenário em que a descarbonização não foi prioridade para traçar o que já foi feito nesta matéria.



**ANA PAULA RODRIGUES**
Vice-Presidente da ADENE

Num momento em que se colocam em causa muitas das opções tomadas em matéria de ação climática, vale a pena imaginar um futuro em que a descarbonização não foi prioridade e o país e a sua economia continuam dependentes de combustíveis fósseis. Um futuro em que as centrais a carvão continuam a emitir gases com efeito de estufa e outros poluentes para a atmosfera, os automóveis com motor a combustão envolvem as cidades em névoas de poluição e ruído, contribuindo para problemas de saúde pública, como doenças respiratórias e cardiovasculares.

Imaginar os efeitos devastadores das alterações climáticas com eventos climáticos extremos, como ondas de calor e inundações catastróficas, onde as comunidades costeiras vivem em risco permanente devido à subida do nível do mar, colocando em perigo infraestruturas críticas e áreas residenciais. Imaginar a agricultura e a produção de alimentos gravemente afetadas pelo aumento das temperaturas e pelas secas mais frequentes e intensas, em que os agricultores enfrentam dificuldades para irrigar as suas plantações, levando à escassez de alimentos e aumentando os preços para os consumidores. Este seria o retrato do Portugal que não apostou na descarbonização e que mergulhou numa crise ambiental e económica, com consequências devastadoras para a sua população, sobretudo os mais desfavorecidos, e para o ambiente. Os custos da inação seriam claramente superiores aos custos da descarbonização.

O ano de 2023 foi o mais quente de sempre, assim como o mês de janeiro de 2024. Os atuais planos de descarbonização apresentados pelos diferentes países são ainda insuficientes para reverter a tendência de aumento da temperatura média mundial que certamente ultrapassará o limiar dos 1,5ºC, valor a partir do qual as alterações climáticas se podem tornar mais catastróficas. É por isso que a comunidade internacional se tem vindo a mobilizar em acelerar a ação climática e a comprometer-se em atingir a neutralidade carbónica até 2050. A Europa pretende ser o primeiro continente neutro em carbono até 2050. Portugal, sendo dos países europeus que mais pode ser afetado pelas alterações cli-

**Apesar de todos os setores deverem contribuir, é o setor da energia que possui maior potencial de redução de emissões**

máticas, é também um dos que lidera a transição climática, sendo pioneiro ao assumir o compromisso em alcançar a neutralidade carbónica até 2050, data entretanto antecipada para 2045 na sequência da Lei de Bases do Clima.

Portugal já reduziu as suas emissões de GEE em cerca de 35% face a 2005, tendo como objetivo atingir, pelo menos, uma redução de 55% até 2030. Verifica-se também uma redução da intensidade carbónica do PIB, o que significa que as emissões deixaram de depender do desenvolvimento económico, fruto de uma economia cada vez mais descarbonizada e eficiente.

A trajetória de redução de emissões para atingir a neutralidade carbónica, implica reduções de emissões de GEE de pelo menos 90% e uma capacidade de sequestro natural de carbono, através da floresta e da agricultura, que permita compensar as emissões remanescentes.

Apesar de todos os setores deverem contribuir, é o setor da energia que possui maior potencial de redução de emissões. "Eficiência energética primeiro" é o lema que deve conduzir esta transição. Nos equipamentos, nos transportes, na indústria ou nas nossas casas, existe um enorme potencial de redução dos consumos de energia através de uma maior eficiência e suficiência energéticas. O Plano Nacional Energia e Clima 2030 estabelece uma meta de redução de 35% dos consumos de energia nos vários setores de atividade. Estabelece ainda que, em 2030, 85% da eletricidade deve vir de fontes renováveis, tendo Portugal já progredido significativamente neste contexto, tendo já superado os 60% em 2023. Destaca-se o grande aumento da capacidade instalada de fotovoltaico que em 2023 atingiu os 3890 MW e que se espera venha a ter um incremento significativo até 2030. Na indústria, sobretudo a mais intensiva em energia, o hidrogénio surge como uma opção para a descarbonização, sendo uma área que tem vindo a concentrar grandes investimentos, fruto das condições favoráveis para a produção de hidrogénio verde que existem em Portugal.

O setor dos transportes é atualmente o que mais contribui para as emissões nacionais de GEE, cerca de 28%, sendo um setor chave para a descarbonização. Neste campo o reforço dos transportes públicos, através do investimento em nova infraestrutura de transportes, como é o caso dos metros de Lisboa e do Porto, da renovação das frotas com veículos de zero emissões e da redução dos custos para o utilizador, como é o caso do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes Públicos) são medidas estruturantes de descarbonização da mobilidade urbana.

Para alcançar a neutralidade carbónica não basta reduzir as emissões, é necessário aumentar a capacidade de sequestro, construindo florestas mais resilientes. Nesta área, o recentemente instituído Mercado Voluntário de Carbono pode ser um instrumento importante para alavancar projetos de florestação e reflorestação ao remunerar os créditos de carbono associados, gerando um rendimento adicional aos seus promotores.

**Portugal já reduziu as suas emissões de GEE em cerca de 35% face a 2005, tendo como objetivo atingir, pelo menos, uma redução de 55% até 2030**

**Para alcançar a neutralidade carbónica não basta reduzir as emissões, é necessário aumentar a capacidade de sequestro, construindo florestas mais resilientes**

A ADENE, Agência para a Energia contribui para a transição climática promovendo um conjunto de instrumentos fundamentais desta transição, destacando-se o Sistema de certificação energética dos edifícios, o Sistema de gestão dos consumos intensivos de energia e o Sistema de classificação da eficiência energética de frotas – MOVE+, a literacia energética, através do Observatório da Energia e da Rota da Energia, o apoio à implementação de Comunidades de Energia Renovável, o apoio na operacionalização e desenvolvimento do Mercado Voluntário de Carbono e, mais recentemente, passou a estar envolvida no Observatório da Pobreza Energética, sendo parte ativa na aplicação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza Energética.

Em Portugal como na Europa, a descarbonização, para além de ser o único caminho, é também aquele que oferece uma nova estratégia de desenvolvimento, geradora de empregos verdes e de uma nova indústria virada para o futuro e que sustenta a transição climática.

A nível europeu foi lançado o debate em torno da nova meta de 90% de redução de emissões de GEE, a adotar até 2040. A proposta da Comissão, alinhada com o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050, baseia-se no relatório do Conselho Científico Independente criado pela Lei Europeia para o Clima. Assegurar um futuro sustentável exige investimento na transição, justa e segura, com previsibilidade e credibilidade, para reforçar a competitividade, garantir autonomia estratégica e independência energética, respeitar o acordo de Paris e os compromissos ambientais, e salvar vidas.

# **Será a descarbonização um desafio** ou uma oportunidade para as empresas?

A transformação está a ganhar ritmo e as empresas que investirem hoje na neutralidade climática irão estar mais bem preparadas para os desafios da economia de amanhã. É esta a conclusão do estudo "Soluções empresariais para a neutralidade carbónica até 2050", desenvolvido pelo BCSD Portugal. Em declarações ao 2050.Briefing, a secretária-geral, Filipa Pantaleão, diz que as organizações devem "abraçar uma descarbonização rápida e profunda".

Apesar de se encontrarem em diferentes graus de maturidade e de terem algumas barreiras por ultrapassar, as tecnologias necessárias para a transição para a neutralidade carbónica "já existem e são amplamente conhecidas pelas empresas nacionais". A secretária-geral do BCSD Portugal, Filipa Pantaleão, cita um estudo da Siemens lançado em 2023, que refere que "o principal problema da descarbonização é que o progresso está a ser demasiado lento nos sistemas estratégicos, isto é, energia, mobilidade e edifícios", avançando que menos de 50% das organizações esperam atingir os seus objetivos até 2030.

Portugal foi o primeiro país a estabelecer o compromisso de neutralidade carbónica em 2050, na COP 22, que teve lugar em Marraquexe, em 2016. De forma a concretizar este objetivo, foi desenvolvido o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050), que define as principais linhas de orientação, e identifica opções para diferentes cenários de desenvolvimento socioeconómico para este compromisso. Na perspetiva de Filipa Pantaleão, este pioneirismo reflete-se nas empresas, "que têm vindo a acompanhar as exigências esperadas e tentando corresponder aos desafios", sendo que, em alguns fóruns, as empresas portuguesas têm sido reconhecidas como "agentes de referência" nesta transição. Apesar de as instituições já considerarem a sustentabilidade necessária aos seus negócios e já implementarem ações e iniciativas nesta área, ainda existem diversas oportunidades de melhoria. A responsável enumera algumas delas, como a implementação de estratégias robustas e que deem resposta aos principais impactos e dependências das empresas e suas cadeias de valor.



**FILIPA PANTALEÃO**
Secretária-geral
do BCSD Portugal

**A sustentabilidade é um fator que irá ser determinante para atingir os objetivos económicos estabelecidos a longo prazo**




**Apesar de as organizações já considerarem a sustentabilidade necessária aos seus negócios e já implementarem iniciativas nesta área, ainda existem diversas oportunidades de melhoria**

A associação destaca que a sustentabilidade é, cada vez mais, um fator de competitividade empresarial e que será determinante para atingir os objetivos económicos estabelecidos a longo prazo. "O foco nos critérios ESG permite às empresas evitarem consequências climáticas mais severas, criarem valor nas suas cadeias de fornecimento, produzirem riqueza com menor intensidade de emissões de carbono, mas também dá um sinal de que estão a acompanhar a mudança dos padrões de consumo e transformações das economias".

Alcançar a meta de atingir níveis de emissões líquidas nulas até 2050 exigirá mudanças "significativas" em todos os setores, que podem ser agrupadas em cinco categorias: eletrificação e energia de baixo carbono; novas cadeias de valor; eficiência energética e outros; circularidade; agricultura, florestas e uso do solo. Apesar desta intenção, e o futuro passar pela economia circular, apenas 7,2% segue este modelo sendo que, para ser amplamente adotado, é necessário "passar de uma lógica de eficiência para uma lógica de suficiência".

Segundo o mesmo relatório, operacionalizar a transição para uma economia "neutra em carbono, circular e coesa", nas suas múltiplas vertentes, implicará a mobilização de investimentos "significativos" em todos os setores da sociedade, os quais devem, ao mesmo tempo, assegurar a transição justa, estando previsto um valor aproximado de 1 bilião de euros no RNC2050 para este fim. Em paralelo ao investimento público, esta estratégia identifica ainda outros instrumentos financeiros promovidos pelo governo que terão um "papel fundamental" na descarbonização efetiva da economia, tais como: a reforma da política fiscal de modo a estar alinhada com o objetivo de neutralidade vigente, "promovendo a alteração de comportamentos, e permitindo a geração de receitas que possam ser aplicadas em medidas de descarbonização e de garantia de uma transição justa"; e a promoção das políticas de preço do carbono, considerada como uma das medidas mais custo-eficazes de incentivo à redução de emissões.



## As vantagens da sustentabilidade nas empresas

Filipa Pantaleão acredita que há várias vantagens para as empresas em serem sustentáveis e enumera algumas delas:

› Diminuir a intensidade de uso de recursos;
› Gerir o risco da atividade no compliance legal;
› Aumentar a competitividade e diferenciação e a fidelização dos clientes;
› Aumentar a atratividade da empresa para os seus colaboradores;
› Diminuir o custo do capital e melhorar a relação com stakeholders;
› Fortalecer as relações e gerar confiança;
› Ter acesso a oportunidade de investimento e de negócio.

# SUSTENTABILIDADE

**2050 Briefing** um projeto multiplataforma que reflete sobre as mudanças nas áreas da sustentabilidade, eficiência, inovação e mobilidade colocando as pessoas no centro do processo de transformação.

## 2050.BRIEFING

SUSTENTABILIDADE • EFICIÊNCIA • INOVAÇÃO • MOBILIDADE • PESSOAS